

## **CAÇA ILEGAL MARINHA: IMPACTOS AMBIENTAIS E RELAÇÕES COM O DIREITO**

### **ODS 14**

Julia Aparecida da Silva Moretti (Universidade de Taubaté)

A caça ilegal marinha é uma prática que compromete não apenas a biodiversidade dos ecossistemas oceânicos, mas também a sustentabilidade de atividades econômicas e sociais ligadas ao mar. Espécies ameaçadas, como tartarugas, tubarões e mamíferos marinhos, são constantemente alvo da exploração ilegal, causando desequilíbrios na cadeia alimentar e danos irreversíveis ao equilíbrio ecológico. No contexto jurídico, a proteção ambiental encontra respaldo na Constituição Federal e em legislações específicas, como a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998), que busca coibir práticas lesivas ao meio ambiente, atribuindo responsabilidades administrativa, civil e penal aos infratores. O presente estudo tem como objetivo analisar os impactos ambientais decorrentes da caça ilegal marinha e relacioná-los com os mecanismos de proteção e responsabilização previstos no Direito brasileiro e em normas internacionais, destacando a importância de uma atuação integrada entre Estado e sociedade. A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica e documental, com análise de dispositivos constitucionais, legislação infraconstitucional e tratados internacionais sobre a proteção marinha. Também foram examinados estudos ambientais que demonstram os efeitos da caça ilegal nos ecossistemas costeiros e oceânicos, além de decisões que ilustram a aplicação do direito ambiental no combate a tais práticas. A análise evidenciou que a caça ilegal marinha provoca perda significativa da biodiversidade, ameaçando espécies em risco de extinção; o desequilíbrio ecológico gerado compromete atividades econômicas lícitas, como a pesca artesanal e o turismo sustentável; o ordenamento jurídico brasileiro prevê instrumentos eficazes para repressão da prática, como multas, apreensão de embarcações e responsabilização civil por danos ambientais irreversíveis; normas internacionais, como a Convenção sobre o Direito do Mar (CNUDM), reforçam a necessidade de cooperação entre os países na fiscalização e proteção do meio ambiente marinho; apesar da legislação avançada, a efetividade ainda depende de maior fiscalização, conscientização social e integração de políticas públicas. Conclui-se que a caça ilegal marinha se configura como uma grave ameaça à biodiversidade e à sustentabilidade ambiental, impactando também a esfera social e econômica. O Direito desempenha papel fundamental ao estabelecer normas de proteção e responsabilização, mas sua eficácia exige atuação articulada entre órgãos fiscalizadores, comunidade internacional e sociedade civil. Mais do que punir, é necessário investir em políticas públicas que incentivem a pesca sustentável, promovam a educação ambiental e fortaleçam a cooperação internacional, garantindo a preservação dos ecossistemas marinhos para as presentes e futuras gerações.



**Palavras-chave:** Caça ilegal; Direito Ambiental; Sustentabilidade; Ecossistemas marinhos; Conservação.